

**Forte São Mateus  
e o Convento  
Nossa Senhora  
dos Anjos: da  
degradação à  
monumentalização  
nos processos de  
patrimonialização  
efetuados pelo  
IPHAN em Cabo  
Frio**

**André Luiz Garrido  
Barbosa<sup>1</sup>**

---

<sup>1</sup> Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ. E-mail: garrido-andre@hotmail.com



**Forte São Mateus  
and the Nossa  
Senhora dos Anjos  
Convent: from  
degradation to  
monumentalization  
in the heritage  
processes carried  
out by IPHAN in  
Cabo Frio**

## Resumo

A presente reflexão tem por base o estudo de bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na cidade de Cabo Frio no estado do Rio de Janeiro. No presente estudo teremos como eixo referencial a defesa e a religião no período colonial. Desta forma, foram escolhidos como bens patrimoniais mais representativos para análise do processo de patrimonialização efetuado pelo IPHAN na cidade, o forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos. Ao longo do texto iremos procurar abordar aspectos relacionados a diferentes atribuições de valores e de sentidos aos monumentos analisados e elementos de sua historicidade por meio dos processos de tombamentos: 0447-T-51 de 1951 e o 0757-T-65 de 1965.

**Palavras-chave:** Memória; Patrimônio Histórico; História de Cabo Frio/RJ.

## Abstract

The present reflection is based on the study of assets listed by the Institute for National Historic and Artistic Heritage in the city of Cabo Frio in the state of Rio de Janeiro. In the present study, the referential axis will be defense and religion in the colonial period. In this way, the fort São Mateus and the Convent Nossa Senhora dos Anjos were chosen as the most representative heritage assets for analysis of the heritage process carried out by IPHAN in the city. Throughout the text, we will try to address aspects related to the different attributions of values and meanings to the analyzed monuments and elements of their historicity through the listing processes: 0447-T-51 of 1951 and 0757-T-65 of 1965.

**Keywords:** Memory; Historical Heritage; History of Cabo Frio/RJ.

## **Introdução**

A proposta deste artigo é refletir sobre questões relacionadas à memória social e cultural da Cidade de Cabo Frio/RJ, por meio de dois importantes marcos para as ações de defesa e expansão da religião católica na região, o Forte São Matheus e o Convento Franciscano Nossa Senhora dos Anjos, que abriga atualmente o Museu de Arte Religiosa e Tradicional (MART).

O estudo dos processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN em Cabo Frio, tendo como principais referenciais o forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos demonstram que o tombamento<sup>2</sup> efetuado na cidade entre as décadas de 1950 e 1960, seguiu a procedimentos típicos do contexto histórico em que foi efetuado obedecendo a critérios do corpo técnico do instituto que tinha como ênfase o tombamento de bens edificados que tivessem relação com uma narrativa histórica de caráter nacional e que estivessem de alguma maneira ameaçados ou considerados ameaçados.

Ao longo do trabalho procuramos evitar cair na cilada de entender o patrimônio histórico como algo dado, extemporâneo ou concedido através do poder público por órgãos responsáveis por legitimar uma determinada história local e mostrar que o processo de patrimonialização é uma atribuição de valores que pode ou não ter ressonância e reconhecimento junto à população.

## **Aspectos do estudo da História local em Cabo Frio no período colonial: memória e patrimônio histórico**

Considerando a importância do estudo da história de Cabo Frio para construção de laços de pertencimento com a localidade, torna-se relevante o estudo da história local<sup>3</sup>, por meio de importantes ícones de representação do passado edificado da cidade.

---

<sup>2</sup> Entendemos o tombamento a partir da perspectiva de José Reginaldo Gonçalves, como um ato de incorporação de um bem ao patrimônio histórico e artístico nacional. Sendo o tombamento um importante instrumento legal usado para que o Estado se aproprie dos bens culturais que integram o chamado patrimônio nacional. Uma vez tombado, o referido bem é inscrito e um ou mais livros do Tombo, classificados em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Arqueológico; Livro do Tombo de Belas Artes e o Livro do Tombo das Artes aplicadas (GONÇALVES, 1996, p. 66).

<sup>3</sup> Utilizaremos o conceito de história local a partir das reflexões de Pierre Goubert: “Denominaremos história local aquela que diga respeito a uma ou poucas aldeias, a uma cidade pequena ou média (um grande porto ou uma capital estão além do âmbito local), ou a uma área geográfica que não seja maior do que a unidade provincial comum (como um *conty* inglês, um *contado* italiano, uma *Land* alemã, uma *bailliwick* ou *pays* francês)” (GOUBERT, 1972, p.70).

Partindo dessa problemática, produziremos uma reflexão historiográfica a respeito de dois importantes monumentos dessa cidade, o forte São Mateus e o convento Nossa Senhora dos Anjos. Vale ressaltar que a escolha desses objetos se deve ao papel ocupado por eles, como bens simbólicos de representação do passado colonial e bens culturais de referência museológica e turística na cidade.

Como fonte para pesquisa sobre os bens tombados pelo IPHAN em Cabo Frio, foi realizado levantamento da documentação presente no escritório do IPHAN na cidade de Cabo Frio e em busca de informações sobre os bens tombados, assim como pesquisas nas principais instituições de pesquisa nas cidades do Rio de Janeiro e Cabo Frio, incluindo Biblioteca Nacional, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Biblioteca Noronha Santos (pertencente ao IPHAN), Biblioteca Municipal de Cabo Frio e a Biblioteca do MART, foram realizados levantamentos de fontes no Arquivo Central do IPHAN, em inventários e nos processos de tombamento em Cabo Frio.

O estudo de bens tombados pelo IPHAN na cidade de Cabo Frio e que são objeto deste artigo sobre a História local e patrimonial da cidade fora estabelecido por meio dos processos de nº 447-T-51 de 1951 e o de nº 0757-T-65 de 1965.<sup>4</sup>

O Forte São Mateus, assim como a Praia do Forte compõem um dos referenciais turísticos da cidade de Cabo Frio, com grande visitação por parte dos milhares de turistas e moradores<sup>5</sup> que frequentam esses espaços no decorrer do ano, estando a sua administração na responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cabo Frio.

Fundado em 1618 para proteger a cidade de Cabo Frio, criada em 1615, das investidas de ingleses e franceses que, na época, vinham ao litoral brasileiro explorar o pau-brasil, ajudar no controle do fluxo de embarcações que poderiam adentrar a lagoa de Araruama e ter acesso ao interior da província fluminense, e ser também um bastião de defesa prévio a possíveis ataques que poderiam ocorrer contra a cidade do Rio de Janeiro (CUNHA, s.d.; ABREU, 1988)<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> As informações obtidas dos processos de tombamento foram cedidas pelo Arquivo Central do IPHAN-RJ, em 2017, localizado na Avenida Presidente Vargas, 3131 - Cidade Nova, Rio de Janeiro - RJ.

<sup>5</sup> Não foi encontrado dados consolidados por meio da Prefeitura Municipal de Cabo Frio a respeito da visitação anual no forte São Mateus. Para ilustrar uma possível estimativa de visitantes nesse monumento, temos uma reportagem publicada no site do G1 – Região do Lagos, em que segundo a notícia veiculada nesse veículo de informação, a Prefeitura de Cabo Frio estima que o forte foi visitado por cerca de 85 mil visitantes no ano de 2017. <https://g1.globo.com/rj/regiao-dos-lagos/noticia/forte-sao-mateus-em-cabo-frio-rj-atrai-cerca-de-85-mil-visitantes-em-2017.ghtml>

<sup>6</sup> Para maiores informações sobre a biografia e produção historiográfica de Márcio Werneck da Cunha: Disponível em: <https://www.acervomarciowerneck.com.br/biografia>. Acesso em: 13 maio 2017.

Antes da criação do Forte e da cidade de Cabo Frio, a presença portuguesa e de aventureiros de outras nações europeias foi conflituosa na região pelas disputas, envolvendo a exploração do pau-brasil. Esses movimentos impulsionaram o governo português a tomar ações de caráter defensivo e a criação de um núcleo de povoamento capaz de ajudar a preservar seus domínios no atlântico sul (WEHLING, 1999).

O fracasso do empreendimento francês na Baía de Guanabara em 1560 fez com que os mesmos voltassem as suas atenções para Cabo Frio e, após o estabelecimento do núcleo de povoamento que daria origem à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, os portugueses promoveram com índios aliados uma intensa perseguição aos franceses e seus aliados indígenas Tupinambás, levando a expulsão deles da região (BERANGER, 2003).

Apesar de mitigada a tentativa francesa de se estabelecer permanentemente na região sul da colônia portuguesa, expedições esporádicas de franceses, ingleses e holandeses aconteciam na região de Cabo Frio, no intuito de explorarem a extração de pau-brasil. A fim de eliminar essa presença externa em domínios portugueses, o governador Constantino Menelau recebeu, por ordem régia, a incumbência de criar uma fortificação provisória para proteger a região da ameaça externa, fundando, portanto, em 1615 a cidade de Cabo Frio (Ibid.)

Com o apoio de alguns portugueses e índios aliados, Menelau criou uma fortificação provisória batizada de Forte Santo Inácio no local em que funcionava uma feitoria inglesa. Lá, instalou uma guarnição de soldados e sete canhões de bronze, além de dar ordens para que, com o auxílio de pedras, fosse tapada a boca da barra do canal do Itajuru, impedindo assim a livre navegação na lagoa de Araruama (ABREU, 1988).

Em 1618, o então governador geral Martim Correia de Sá, temendo a precariedade da construção do Forte Santo Inácio e a fim de barrar possíveis ameaças, estabelece a construção de uma fortaleza permanente de pedra e cal para substituir o antigo empreendimento, iniciou a construção do Forte São Mateus, sob a supervisão do engenheiro-mor Francisco de Frias da Mesquita (REVISTA DO PATRIMÔNIO, 1945, p. 18).

No decorrer dos séculos XVIII e XIX, o Forte São Mateus sofreu com a falta de cuidados em sua manutenção por parte das autoridades governamentais, tendo a

sua guarnição reduzida, sofrendo um longo e constante processo de desgaste. Não tendo mais a necessidade prática para o qual foi criado, ou seja, defender de ameaças externas a cidade de Cabo Frio, ele passa aos cuidados da municipalidade e é desvirtuado de sua finalidade original ao ser utilizado como lazareto para abrigar doentes de epidemias que afetavam a localidade no final do século XIX (CUNHA, s.d).

Por sua vez, o Convento Nossa Senhora dos Anjos é sede do Museu de Arte Religiosa e Tradicional de Cabo Frio, administrado pelo IBRAM<sup>7</sup>, promovendo visitação as suas dependências e ações de integração com setores da sociedade civil, com o intuito de estimular o público visitante e intensificar a relação dos museus com a sociedade.<sup>8</sup>

O MART funciona diariamente de 3<sup>a</sup> à 6<sup>a</sup> feira, no horário das 10 às 17h e, aos sábados e feriados, das 14 às 18h<sup>9</sup>. Como o convento Nossa Senhora dos Anjos é sede de um museu administrado por uma autarquia federal no campo da museologia, a conservação do seu espaço é feita de maneira cuidadosa e ações de restauro são feitas dentro dos limites orçamentários da instituição.

O convento franciscano consagrado a Nossa Senhora dos Anjos teve iniciada as suas atividades em 13 de janeiro de 1696. Originalmente, tinha como função ser a sede dos frades franciscanos que viviam em clausura em Cabo Frio, administrando para população local, missas, orações, canto através de coral e ações educativas no campo da leitura e escrita para as crianças.

A vinda dos religiosos para Cabo Frio está relacionada a uma solicitação da população local que requereu, junto às autoridades portuguesas, a instalação de uma casa de recolhimento e noviciado, o que foi inicialmente negada, sendo a posteriori

---

<sup>7</sup> O Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) é uma autarquia vinculada ao Ministério do Turismo, órgão gestor da Política Nacional de Museus. Criado por meio da Lei nº 11.906, em 20 de janeiro de 2009, tem como um dos seus principais objetivos a promoção de programas e projetos voltados à organização, gestão e desenvolvimento dos museus.

<sup>8</sup> O Mart está sediado no antigo Convento de Nossa Senhora dos Anjos, edificação franciscana, construída ainda durante o período colonial (século XVII), que compõe a paisagem cultural da cidade de Cabo Frio (RJ). Sua preservação é garantida em lei, não apenas em nível municipal pela Prefeitura de Cabo Frio, mas também em nível nacional, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

A sede do Mart é referência para a história de Cabo Frio e região, acompanhando as memórias dos que viveram ou escutaram as narrativas de seus pais e avós sobre o antigo Convento. Esse simbolismo é reforçado pelo funcionamento de um museu no local, que ali realiza atividades de preservação e pesquisa do acervo, exposições temporárias, ações educativas e culturais. Informações obtidas no site do Museu de Arte Religiosa e Tradicional: <https://museudeartereligiosaetradicional.museus.gov.br/o-museu/>.

<sup>9</sup> Informações obtidas no site do IBRAM. Disponível em: <http://www.museus.gov.br/os-museus/museus-ibram/>. Acesso em: 13 nov. 2017

atendidos pelos franciscanos, que despacharam em 1684 do Rio de Janeiro dois frades que foram verificar as condições dessa empreitada. Feito tal procedimento, foi acertado junto aos moradores a obtenção de uma doação anual de 25 bois para a manutenção dos religiosos, tendo, pois, a construção da edificação início em 1686 (RIBEIRO,2017)

Estabelecido o convento, os religiosos franciscanos atuaram no decorrer do século XVIII nas atividades de cunho religioso e também no campo educacional, tendo os frades do convento a dedicarem-se a ensinar ler, escrever, e contar as crianças de Cabo Frio, formando inclusive classes especiais de gramática e Latim (Ibid.).

Durante os primeiros séculos da colonização, grande parte da vida urbana esteve ligada à organização do clero católico no Brasil, seja por meio do clero regular ou das ordens monásticas dos jesuítas, beneditinos, carmelitas e franciscanos em suas múltiplas festividades, procissões e enterros, entre outras expressões de religiosidade. Essa forte presença da vida monacal no período colonial refletiu na arquitetura colonial e sua representatividade se deu por seus conventos e mosteiros espalhados nos domínios portugueses (MEDEIROS, 2010)

O Convento Franciscano de Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, foi construído em pedra e cal, tendo a sua planta em formato retangular, com pequeno claustro no centro, seguindo a lógica das construções franciscanas do período colonial, pautadas na simplicidade e funcionalidade da construção: catequese, amparo religioso, ensino e convívio com os cidadãos da vila ou cidade (FERNANDES, 2013)

A construção de uma igreja começava pela capela-mor da qual se seguia a nave, o frontispício e, de sua conclusão, era erigido o convento. A Igreja conventual de Nossa Senhora dos Anjos em Cabo Frio, em nave única para facilitar a comunicação entre o clero e os fiéis.

Ao atravessar o templo, o observador é conduzido ao jardim do museu, área onde se situam, especificamente, as ruínas do Convento. O convento de Cabo Frio foi erguido em formato quadrangular e possuía no centro um pequeno claustro, entre a igreja e a torre sineira – que preservada, repousa alinhada à fachada. Durante o período em que o edifício esteve ocupado pelos frades franciscanos, foram feitas obras, em 1762 e posteriormente, inclusive a do anexo dos fundos, que atualmente não existe mais. Todas as dependências do convento – sala de estudo, biblioteca, refeitório e celas – agrupavam-se ao redor do claustro (RIBEIRO, 2017, p. 138-139).

Acompanhando a lógica de outras construções do período, o Convento Nossa Senhora dos Anjos, em Cabo Frio, teve em sua construção matérias presentes na localidade e se estabeleceu nas proximidades da Fonte do Itajuru, principal fonte de água doce da Cidade, e nos extremos da área urbana, tendo em consideração o fato de que o núcleo urbano original se situou no bairro da Passagem, local em que eram atracadas pequenas embarcações que corriam a lagoa e que se comunicavam com a barra do canal. Com a expansão da malha urbana nos séculos posteriores, o convento deixa de se situar nos extremos e passa a fazer parte da área central da cidade (RIBEIRO, 2017)

De sua formação no final do século XVII ao seu eclipse no final do século XIX, o Convento de Nossa Senhora dos Anjos passou de uma casa, que abrigou no auge de suas atividades por volta de 30 religiosos, a um lento processo de decadência que culminou quando o último religioso, Frei Vitorino de Santa Felicidade, veio a falecer em 1872, tendo com a sua morte selado o destino do convento (RIBEIRO, 2017).

O colapso da ordem franciscana em Cabo Frio no decorrer do século XIX levou à degradação do convento, tendo em vista, as dificuldades em manter a sua estrutura física, por parte dos poucos religiosos ali presentes. Em 1858, a Ordem Terceira de São Francisco obteve dos frades uma parte do terreno e ali construiu sua igreja, além de um cemitério (CUNHA, s.d).

Entre 1916 e 1919, o imóvel foi apropriado pelo governo federal, o que não impediu que sua degradação fosse acentuada, tendo, inclusive, parte de seus materiais e mobiliário saqueados. Em 1968, foi assinado um convênio entre o SPHAN e o Arcebispo de Niterói. O documento prevê a criação de um Museu de Arte Religiosa e Tradicional nas ruínas do Convento Nossa Senhora dos Anjos que, após reparos promovidos pelo poder público para a revitalização do espaço, teve as suas atividades museológicas iniciadas a partir de 1982, sendo desde então, este o uso dado ao então antigo convento franciscano (RIBEIRO, 2017).

Depois de um longo processo de degradação e desvirtuamento de finalidade, o Forte São Mateus e o Convento de Nossa Senhora dos Anjos passaram a ser protegidos pelo poder público. A proteção realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Essa autarquia pública, responsável pela preservação e manutenção de bens patrimoniais referentes à História nacional, reconhece essas construções como um dos elementos constituintes da História de



Cabo Frio, do Estado do Rio de Janeiro e nacional, constituindo com isso parte do patrimônio que passa, desde então, a compor a memória histórica local. (Ibid)

Ao serem alçados a categoria de bens patrimoniais chancelados pelo IPHAN<sup>10</sup>, o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos passam por um processo de enquadramento de memória<sup>11</sup>, no qual, através da legitimação de uma memória histórica que passa a ter o caráter de oficial, se sobressai sobre outras memórias ou bens patrimoniais locais que não sofreram o mesmo processo de tombamento e valorização institucional. (POLLAK, 1989)

O estudo de Cabo Frio e de seus bens patrimoniais, como lugares de memória, levam-nos a refletir sobre o uso do patrimônio, memória, identidade e história local como instrumental teórico importante para compreender a valorização e reificação de alguns bens em detrimento de outros no campo da preservação patrimonial local.

Consideramos como patrimônio histórico, todo legado material e imaterial que tenha importante significado e relevância histórica para uma sociedade ou grupos sociais. (POULOT, 2012; SALGADO, 2012; HARTOG, 2013) Nesse sentido, são também incluídos os bens tombados, dentro da perspectiva de Pierre Nora (1993), como lugares de memória, uma vez que, para se preservar aquela memória, ela perde o seu significado original e passa a ser ressignificada por meio do uso que será dado a ela como monumento a ser reverenciado.

O patrimônio é, portanto, resultado de uma produção marcada historicamente. É ao fim de trabalho de transformar objetos, retirando-lhes seu sentido original, que acedemos à possibilidade de transformar algo em patrimônio. Adjetivar um conjunto de traços do passado como patrimônio histórico é mais do que lhes dar uma qualidade, é produzi-

<sup>10</sup> Como o IPHAN ao longo de sua trajetória teve diversas denominações, a fim de evitar a utilização repetida dessas variadas siglas no decorrer do artigo, utilizaremos a perspectiva adotada por Leila Bianchi Aguiar, que elucida de maneira breve essas transformações: “Optamos por chamar de IPHAN a agência federal de preservação criada como Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Em 2 de janeiro de 1946, o Decreto-Lei 8.534 transformou o Serviço em Diretoria (DPHAN). Em 27 de julho de 1970, o Decreto nº 66.967 transformou a DPHAN em Instituto (IPHAN). Em 26 de novembro de 1979, o Congresso Nacional aprovou a Lei nº 6.757, criando a Fundação Nacional Pró-Memória, órgão operacional do IPHAN. Um resumo cronológico com as principais transformações sofridas pela agência pode ser encontrado na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 22, 1987, p. 343.” AGUIAR, Leila Bianchi. Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975. **Revista: Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 29, nº 57, p. 87-106. 2016.

<sup>11</sup> Nesse artigo, Pollak cita as disputas de memória entre na Europa em torno da Memória de Stalin no contexto de desestalinização ocorrida no século XX e os diferentes usos e silenciamentos dessa memória. Ibidem, páginas 4-8. M. Pollak. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos. 1989.

los como algo distinto daquilo para o qual um dia foram produzidos e criados. (GUIMARÃES, 2012, p. 100).

O estudo da história de Cabo Frio para construção de memórias e identidades locais torna relevante uma reflexão que pondere sobre elementos da sua história e permita trazer, à luz da historiografia, considerações relevantes sobre esse espaço que ajudem na compreensão de sua história local, bem como as suas conexões com a história colonial.

A educação histórica e a formação da consciência histórica dos sujeitos não ocorrem apenas na escola, mas em diversos lugares. Isto requer de nós uma relação viva e ativa com o tempo e o espaço do mundo no qual vivemos, por menor que ele seja. O meio no qual vivemos traz as marcas do presente e de tempos passados. Nele encontramos vestígios, monumentos, objetos, imagens de grande valor para a compreensão do imediato, do próximo e do distante. O local e o cotidiano como locais de memória são constitutivos, ricos de possibilidades educativas, formativas (FONSECA, 2006, p. 127).

O estudo da história local em Cabo Frio ajuda na compreensão de suas especificidades, sua relação com a história colonial brasileira, sua posterior inserção na história nacional e possibilidades de diálogo com a história global (SCHMIDT, 2007).

Lidar com a história local traz algumas problemáticas, como a escassez de fontes sobre o período estudado, com exceção de material de cunho administrativo, este muitas vezes enaltecendo a vida dos governantes e lideranças políticas e econômicas que exerceram influência no passado (FONSECA, 2006).

Apesar dos problemas advindos dos estudos provenientes de história local não serem poucos, é necessário romper as amarras da perspectiva desse campo de estudo como algo à parte na produção do conhecimento historiográfico. Além disso, é preciso trazer para as reflexões produzidas no campo histórico a perspectiva de que o estudo do local permite uma compreensão das suas singularidades e a possibilidade de diálogo com temáticas de amplitudes mais gerais e totalizantes (LEPETIT, 1998).

### **Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos: o tombamento de uma memória edificada**

O fato de Cabo Frio ser uma cidade estruturada no período colonial e ter um conjunto de bens arquitetônicos e elementos naturais que datam desse período

contribuiu para que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia federal que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, viesse a tombar, em 1967, seu conjunto paisagístico, composto por monumentos e espaços públicos através do IPHAN. (RIBEIRO, 2017)

O primeiro processo de tombamento em Cabo Frio é o de número 447-T-51, datado de 1951. O documento trata do tombamento dos conjuntos arquitetônicos e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte, compreendendo respectivamente os seguintes bens: Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela Nossa Senhora da Guia e as ruínas do Forte São Mateus.<sup>12</sup>

Passado pouco mais de uma década do tombamento dos bens acima descritos, foi aberto um novo processo de tombamento. Dessa vez, em vista da urgência da preservação do patrimônio histórico e paisagístico local e, somado a isso, da ampliação da área de proteção, considerando o processo de degradação, resultado da falta de cuidados e a destruição oriunda da expansão urbana da Cidade.<sup>13</sup>

Em vista das ameaças que o patrimônio histórico e natural vinha sofrendo, foi feito um novo processo de tombamento para redefinição do tombamento do conjunto paisagístico da Cidade de Cabo Frio.<sup>14</sup>

Dentre os bens tombados pelo IPHAN, entre 1956 e 1967, encontram-se a Capela de Nossa Senhora da Guia (o tombamento abrange o Morro da Guia, onde está situada a capela), Convento e Igreja de Santa Maria dos Anjos, Capela e Cemitério da Ordem Terceira de São Francisco (cruzeiro e adro fronteiro, e o Largo de Santo Antônio até a orla do canal), Forte de São Matheus (inclusive o penedo em que ele se assenta e toda a ponta da praia), faixa do litoral situada entre a Av. Parque Litorâneo e o mar, além do Morro do Telégrafo, entre outras áreas.<sup>15</sup>

Como podemos perceber, o processo de reconhecimento e tombamento de bens patrimoniais e paisagísticos em Cabo Frio teve como uma de suas motivações a preocupação com a preservação desses monumentos, face sua degradação e destruição.

---

<sup>12</sup> Conforme informações obtidas no processo nº 447-T-51 de 1951, página: 1.

<sup>13</sup> Conforme informações obtidas no processo nº 7575-T-65 de 1965, volume:1, página: 2.

<sup>14</sup> Ibid. volume: 2, página: 2.

<sup>15</sup> Informações retiradas nos processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN nº 0447-T-51 (Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte) e de nº 0757-T-65 (Conjunto paisagístico de Cabo Frio).

Ao analisarmos os processos de tombamento realizados em Cabo Frio, percebemos também a presença de um discurso nacionalista, com forte carga identitária, por parte dos arquitetos e técnicos do IPHAN. Ao justificarem o tombamento do Forte São Mateus e do Convento Nossa Senhora dos Anjos, na década de 1950, tais profissionais argumentavam que a proteção a esses bens edificados contribuiria para preservação da história colonial local e nacional.<sup>16</sup>

O processo de patrimonialização em Cabo Frio realizado pelo IPHAN na segunda metade do século XX vem fortemente influenciado por um contexto anterior de intensa valorização das narrativas históricas de caráter nacional em decorrência da legitimação dada pelo estado brasileiro a partir dos diversos governos do Presidente Getúlio Vargas, em especial no período do Estado Novo. Em 1937, o então governo criou uma agência pública responsável por selecionar, catalogar, tomba e criar políticas de preservação de bens edificados que representassem importantes períodos da chamada história nacional (CHUVA, 2009). O uso desses bens como fontes históricas edificadas pelos arquitetos e técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico ajudam de modo consciente, deliberado e justificável na compreensão de fragmentos do passado de Cabo Frio, decidindo erigir em elementos comprobatórios de informação, a fim de reconstituir uma sequência particular do passado, de analisá-la ou de restituí-la a seus contemporâneos, sob a forma de uma narrativa com coerência interna, refutável e com inteligibilidade científica própria (ROUSSO, 1996).

A utilização do forte e do convento como fontes históricas para a compreensão de parte do passado local cabofriense permite que sejam feitas atribuições de valores a esses monumentos por parte dos diferentes agentes envolvidos na sua patrimonialização, preservação e uso no cotidiano.

### **Processos de patrimonialização efetuados pelo IPHAN em Cabo Frio: preservação patrimonial, enquadramento de memória e lugares de memórias**

O objeto de reflexão neste artigo é o processo de patrimonialização de bens da cidade de Cabo Frio. Esse ato teve início com a abertura de um processo de tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no ano de 1951.

---

<sup>16</sup> Processo de tombamento n447-T-51, de 1951, realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nesse ano, o Departamento Geográfico da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro enviou um ofício ao então diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), demandando o tombamento do Morro da Guia, juntamente com o Convento e a Igreja presentes no local. Como argumento para o aludido tombamento, o requerente alegou que o Morro da Guia é, para cidade de Cabo Frio, o equivalente ao Pão de Açúcar para o Rio de Janeiro.

Em resposta a essa solicitação, o SPHAN iniciou o processo de tombamento, estendendo os limites da área a ser preservada até as ruínas do Forte São Mateus. Como alegação, os responsáveis pelo ato defenderem a ideia de que os locais em que estão localizados esses monumentos são unidades paisagísticas muito procuradas pelos turistas que visitam a cidade (Processo, nº 447-T-51 p.1-4)<sup>17</sup>

Esse requerimento deu origem a dois processos (447-T-51 e 7575-T-65), que se complementam e que se arrastaram por décadas, passando por diferentes instâncias da burocracia estatal, com discussões sobre alguns dos principais desafios enfrentados na gestão do patrimônio da cidade, que vão desde a abertura do processo de tombamento na década de 1950, passando pela necessidade de definir os limites da área a ser tombada, de solucionar a escassez de recursos para manter as áreas de tombamento, indenizações a antigos proprietários ou ocupantes de algumas das áreas, as disputas de interesses econômicos e imobiliários locais com o crescimento desenfreado da cidade a partir da expansão do turismo na região do Lagos na segunda metade do século XX e as dificuldades encontradas pelo IPHAN na preservação desses monumentos. Sobre estes, vale dizer, além do caráter histórico, também foram valorizados pela questão paisagística.

Observando essas problemáticas, percebemos três eixos importantes em relação a esses processos de tombamentos e que são alvo desta reflexão. O primeiro ponto será a problematização em torno da preservação patrimonial desses bens, com forte ligação com o passado colonial português e que sofrerão um processo de conservação por parte do IPHAN. Cumpre destacar que esse órgão buscará manter

---

<sup>17</sup> A perspectiva de tombamento aplicada em Cabo Frio, por meio dos processos de nº 0447-T-51 e o 0757-T-65, está dentro do conceito utilizado pelos técnicos do SPHAN que, à época, entendia-se o patrimônio histórico e artístico nacional como o “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Sendo também classificados, como patrimônio, “monumentos naturais, bem como sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.” (GONÇALVES, 1996, p. 68)

saberes, valores e regimes de sentido, com o objetivo de produzir uma inteligibilidade histórica a partir dessa memória que será preservada (POULOT, 2012).

O segundo ponto diz respeito ao processo de enquadramento de memória efetuado pelo IPHAN. Esse instituto, responsável por cancelar os bens e saberes que serão constituintes de um patrimônio histórico nacional, ao eleger alguns monumentos e paisagens como representativos de uma memória histórica local, bem como capazes de apresentar ligações com uma história nacional, irá enquadrar uma determinada memória, que passa a ser legitimada, como importante para a compreensão daquele passado e que irá sofrer a despersonalização de suas características originais (POLLAK, 1989, 1992).

O terceiro ponto a ser abordado será a compreensão do processo de tombamento efetuado pelo IPHAN, como transformação desses monumentos em lugares de memória, com auxílio da produção de uma narrativa intelectual produzida pelos membros do instituto do patrimônio histórico que elegerá locais, bens e memórias atreladas a esses espaços como locais de produção de sentido histórico (NORA, 1993).

Assim, neste artigo utilizamos dos conceitos de patrimônio histórico, enquadramento de memória e lugares de memória, a fim de buscar compreender como o processo de tombamento, efetuado a partir da década de 1950, será capaz de ajudar na construção e preservação de alguns bens históricos na cidade de Cabo Frio, sem que houvesse uma maior participação dos moradores da cidade. Nesse sentido, acreditamos que a política de preservação restringiu-se ao tombamento e fiscalização dos bens imóveis, sem maior envolvimento da sociedade civil organizada em função de uma determinada concepção de política de preservação vigente à época em que as ações de preservação do patrimônio histórico ficou restrita a ação dos técnicos do IPHAN e de diferentes instâncias do poder público, seja em escala local, estadual ou federal.

### **Proposta de rerratificação do tombamento do conjunto paisagístico da cidade de Cabo Frio: proposta de integração dos espaços de tombamento em um meio urbano em constante transformação**

Se o processo de tombamento em Cabo Frio fosse uma peça de teatro, poderia ser dividido em três atos: o tombamento original nos anos 50, a extensão do

tombamento nos anos 60 e, quanto ao terceiro, a proposta de rerratificação efetuada nos anos 80 para tentar integrar as áreas de proteção.

O primeiro momento seria o tombamento realizado nos anos de 1950, quando o SPHAN, atendendo a uma solicitação feita Departamento Geográfico da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, relatando a necessidade de proteger dois aparelhos históricos locais, devido a sua representatividade histórica, turística e arquitetônica, o Forte São Mateus e o Convento Nossa Senhora dos Anjos. Atendendo a essa solicitação e utilizando-se dos poderes constituídos ao SPHAN pelo governo federal, além de seguirem a lógica de elegerem bens edificados do passado colonial, como representante de uma identidade nacional idealizada naquele presente histórico, nasceu o primeiro tombamento feito na cidade.<sup>18</sup>

Passado uma década e em vista as transformações urbanas que passa a cidade, a expansão imobiliária e o incremento do turismo, o agora DPHAN é mais uma vez chamado à responsabilidade, isto é, a tomar uma ação para proteger a cidade. Dessa vez, pelo diretor do Museu de Arte Moderna do Rio, citando a destruição de locais públicos que tivessem representatividade história local, o descaso material com os bens públicos tombados pela autarquia federal e a destruição de belezas naturais a partir do crescimento urbano desordenado.<sup>19</sup>

A partir dessa demanda externa, foram realizados estudos técnicos que culminaram na extensão do tombamento de bens em Cabo Frio, em que, utilizando-se da ideia de tombamento paisagístico, o órgão responsável pelo patrimônio histórico veio a estender a proteção a extensas áreas da cidade, relacionando à proteção do patrimônio histórico que já vinha sendo efetivado e também a promover ações de proteção ao meio natural local e a potencializar ações no campo do turismo, considerando os bens selecionados para proteção e conservação.

Tendo os problemas anteriores se agravado nas décadas seguintes, o IPHAN promoveu, no decorrer da década de 1980, uma proposta de ajustamento das áreas tombadas na cidade, por intermédio da proposta de rerratificação, elaborada pelo instituto. Essa proposta teve como finalidade promover ações que pudessem, quando possível, integrar as áreas protegidas e evitar que as transformações inerentes a uma

---

<sup>18</sup> Informações retiradas no processo de patrimonialização efetuados pelo IPHAN nº 0447-T-51 (Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte).

<sup>19</sup> Informações retiradas no processo de patrimonialização efetuados pelo IPHAN nº 0757-T-65 (Conjunto paisagístico de Cabo Frio).

cidade que passa por modificações em sua área urbana, prejudicassem a sua conservação. (Processo, nº 0757T-65)

No volume 2 do processo 0757-T-65, consta no documento 0003 de 1986, uma nota sobre o tombamento das dunas da cidade de Cabo Frio. Nesse documento, são relatados diversos problemas relativos a loteamentos na área das dunas da Praia do Forte. Na época, o prefeito teria transformado áreas públicas de bem comum em loteamentos privados que foram obtidos por uma empresa que construía uma estrada litorânea e que, como pagamento dos serviços, receberia esses lotes. Nessa nota, consta ainda a informação de que o prefeito<sup>20</sup> teria sido acionado judicialmente e que as ações realizadas pelos órgãos públicos federais e municipais coibiriam tais abusos.

É interessante percebermos que as aproximações e tensões, envolvendo as diferentes esferas do poder público, federal, estadual e municipal, bem como a iniciativa privada na cidade, por conta das políticas de patrimonialização que transformam a realidade local por meio de ações capazes de criar verdadeiras cápsulas do tempo, causando tensões, orientações, e ações na própria ocupação do espaço urbano efetuadas pelo IPHAN em Cabo Frio, também se reproduzem em outros contextos de patrimonialização, como no caso de Ouro Preto (AGUIAR, 2016).

O agravamento das tensões entre os interesses privados e a discordância entre o poder público municipal e o IPHAN, a respeito das áreas de proteção e o seu entorno em função da ocupação e transformações ocasionadas pelo crescimento urbano da cidade na década de 1980, contribuiu para a realização de uma série de estudos que culminaram com proposta de rerratificação das áreas tombadas, visando a uma maior integração entre as mesmas e à criação de limites nas áreas do entorno que pudessem evitar a descaracterização dos locais de proteção.

Em 1987, foi encaminhado o ofício nº 2437/87, do Diretor da 6ª diretoria regional/IPHAN, Fernando Burmeister, à coordenadora de proteção do IPHAN, Dora Alcântara, com a proposta de rerratificação do tombamento do conjunto paisagístico da cidade de Cabo Frio, elaborado pelo arquiteto José de Anchieta Leal, com participação de diversos técnicos, identificados no documento<sup>21</sup>. A correspondência

---

<sup>20</sup> No documento presente no processo 0757-T-65, consta a menção dessa ação como sendo feita pelo prefeito de Cabo Frio, mas não menciona o nome do mesmo no documento. A gestão municipal da época em que se refere o documento era exercida pelo prefeito Alair Corrêa (1983-1988).

<sup>21</sup> O presente estudo encontra-se no anexo do processo: 0757-T-65. Elaborado em formato de um dossiê que, a partir de uma narrativa que envolve fatos da história local, mapas, plantas e análises de caráter arquitetônico e fotográfico, realizada por uma equipe de arquitetos liderados pelo também



do diretor da 6ª diretoria regional do IPHAN destaca a importância do estudo como meio eficaz e correto para a proteção do conjunto paisagístico, pedindo celeridade na análise da proposta em vista da rapidez do processo de desenvolvimento urbano que passava a cidade.

Em resposta ao estudo elaborado pelo Arquiteto José de Anchieta Leal, temos uma extensa análise realizada pela historiadora da coordenadoria de proteção do IPHAN Marcia Regina Romeiro Chuva<sup>22</sup>, a respeito da proposta de rerratificação do conjunto paisagístico de Cabo Frio. Destaca-se, como ponto central do documento, a ideia de integrar os diferentes objetos de tombamento realizados pelo IPHAN na cidade, com o objetivo de buscar um equilíbrio entre a cidade e o sítio natural, tendo como elo o Canal do Itajuru.

Em vista da necessidade de uma análise de um especialista a respeito dos bens naturais que poderiam ser tombados, na proposta de rerratificação foi montada uma equipe interdisciplinar do IPHAN, juntamente com a estudiosa Judith Cortesão<sup>23</sup>, para uma visita técnica na área de Cabo Frio. Como resultado dessa empreitada, foi possível a produção de um relatório de viagem<sup>24</sup> dos estudiosos e os seus pareceres sobre essa temática.

No relatório da viagem, foi destacado que o mesmo acontece a partir da necessidade de um especialista em Ecologia, a fim de elaborar um parecer que

---

arquiteto José de Anchieta Leal, tendo também a participação na pesquisa histórica e documentação iconográfica complementar do pesquisador de história local de Cabo Frio Marcio Werneck da Cunha. Optamos na análise da documentação por privilegiar os documentos da proposta de rerratificação presentes no processo em detrimento desse estudo que constava nos anexos do processo devido a uma observação do arquivo central do IPHAN que, quando cedeu a documentação analisada, menciona em uma nota que o estudo elaborado pelo arquiteto José de Anchieta Leal e equipe foi a base para a proposta da rerratificação que tombou o Conjunto Paisagístico de Cabo Frio em 65, sendo esse estudo, uma versão inicial e mais extensa, porém menos madura do que a documentação presente nos autos do processo.

<sup>22</sup> Informação nº 106/87 – Assunto: Rerratificação de Tombamento do Conjunto Paisagístico da Cidade de Cabo Frio – Rio de Janeiro/RJ: Processo 0757-T-65, volume:2 – páginas: 8 à 12.

<sup>23</sup> Maria Judith Zuzarte Cortesão. Nasceu em 31 de dezembro de 1914, na cidade do Porto, Portugal e veio a falecer em 25 de setembro de 2007. Judith dedicou-se academicamente a diversas áreas do conhecimento durante sua longa vida, dentre as quais Neuroendocrinologia, Matemática, Genética, Reprodução Humana, Climatologia, Antropologia, Espeleologia e Ecologia, além de Letras. Ministrou aulas em diversas universidades, entre elas, Université Paris-Sorbonne, onde também doutorou-se em Letras, Université de Nanterre, Université de Caen na França; Open University, Grã-Bretanha; Universidades portuguesas de Lisboa, de Aveiro, de Trás-os Montes, de Évora e do Porto; e na Universidade Federal do Rio Grande, Brasil. Resumo da biografia obtido no site:

[http://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/-/journal\\_content/56\\_INSTANCE\\_a6MO/10157/2525146](http://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/-/journal_content/56_INSTANCE_a6MO/10157/2525146). Acesso em: 03 jun. 2018.

<sup>24</sup> Relatório de viagem – Acompanhamento à visita técnica da Dra. Judith Cortesão à área de Cabo Frio, Massambaba e Itaipu – Data: 17/11/1987 – Elaborado por Marta Queiroga Amoroso Anastácio (Arquiteta da Coordenadoria de proteção do SPHAN) Processo 0757-T-65, volume: 2 – p. 13-15.

pudesse tratar de elementos do sistema natural, haja vista que a proposta de rerratificação era incluir, como área a ser tombada, a faixa oceânica e o Canal do Itajuru. Como sugestões apresentadas por Judith Cortesão, a respeito da área analisada, consta a necessidade de preservação das dunas, proibindo edificações no local, o estabelecimento de uma vegetação rasteira (casuarinas) que ajudasse na fixação das dunas e a necessidade de tratamento do esgoto no referido canal.

Após o relatório, constatamos uma proposta de minuta com os critérios de rerratificação<sup>25</sup> para o conjunto paisagístico de Cabo Frio. A sugestão traz todos os detalhes de acréscimo e integração dos bens tombados anteriormente, assim como os critérios de construção do entorno as áreas tombadas.

Apesar de suas idas e vindas dentro da malha burocrática do instituto nos anos que se seguiram, percebemos o entrave no andamento do processo de rerratificação que transita entre as diferentes instâncias departamentais do IPHAN. Na documentação analisada, há diversos pareceres de técnicos do instituto, correspondências internas, que concordam com a extensão do tombamento, mas que, por falta de verba para desapropriação, carência de pessoal no Instituto para dar o devido andamento do processo, conflitos com a municipalidade ou com interesses privados em torno das áreas do pleito, acaba por dificultar a resolução do caso.

No processo, não foi encontrado uma resolução para a proposta de rerratificação. Como último documento do referido processo, há uma correspondência interna do IPHAN em que consta um despacho ref. ao MEMO nº 635/96, do DEPROT. No documento, a chefe de proteção legal, Cláudia M. Girão Abreu, informa que seja encaminhada à 6ª Coordenação Regional a documentação ref. ao processo 0757-T-65, a fim de dar prosseguimento aos trâmites.

A rerratificação não aconteceu. Na página 76 do processo, consta uma certidão do Instituto do Patrimônio Histórico, com data de 14/01/2008. A partir dela, é possível notar que a área objeto de tombamento é a mesma que foi definida anteriormente.

Interessante observar as diferenças entre os processos de tombamento na década de 1950 e 1960 e a proposta de rerratificação na década de 1980. Enquanto nos tombamentos iniciais havia um predomínio do lugar de fala do arquitetos que

---

<sup>25</sup> Rerratificação de tombamento do conjunto paisagístico de Cabo Frio. Processo 0757-T-65 , volume: 2 – pág. 19 à 30.

compunham o corpo técnico do instituto do patrimônio e estabelecem os critérios de tombamento, segundo um olhar predominantemente arquitetônico, na proposta de rerratificação dos anos 80 percebemos uma mudança significativa na elaboração e condução dos mesmos, com destaque para a presença de um corpo interdisciplinar de estudiosos<sup>26</sup>, pertencentes a diferentes áreas, cada um deles capaz de emitir pareceres dentro da sua área de atuação a respeito do objeto de análise.

Após essa imersão na massa documental, que são os processos de tombamento do IPHAN em Cabo Frio, percebemos que o Convento Nossa Senhora dos Anjos e o Forte São Mateus receberam um processo de enquadramento de memória (POLLAK, 1989). Isso foi possível graças à ação de um órgão estatal que tem a atribuição de selecionar e preservar o patrimônio histórico nacional, valendo-se de métodos operacionais próprios realizados por seu corpo técnico, determinando que os bens deveriam ser selecionados e preservados a partir de uma atribuição de valor institucional (CHUVA, 2009), dentro de uma narrativa que procurava elaborar ligações entre o passado colonial local e um passado nacional, procurando com isso forjar uma identidade nacional (AGUIAR, 2015), capaz de ligar diferentes temporalidades pretéritas com o presente da época em que foram feitos.

### **Considerações finais**

A transformação do forte São Mateus e do Convento Nossa Senhora dos Anjos em lugares de memória (NORRA, 1993) relacionados ao período colonial na cidade Cabo Frio, procura estabelecer laços de um passado remoto com o presente, através desses semióforos de um tempo pretérito que foram escolhidos pelo IPHAN para serem a representação de um passado monumentalizado que não atende mais as características originais pelo qual foi elaborado e sim uma despersonalização de suas funções e uma resignificação desses objetos através de uma memória transformada (GONÇALVES, 1988; GUIMARÃES, 2012).

As políticas de preservações patrimoniais fazem parte de um projeto de atribuição de valores que permitem perceber que o processo de seleção de bens tombados na cidade de Cabo Frio obedeceu, considerando a época em que foram realizados, a critérios de escolha que estavam dentro de uma lógica do corpo técnico

---

<sup>26</sup> Apesar de haver um predomínio de arquitetos nos quadros do instituto, percebemos também a presença de historiadores e a participação de estudiosos de fora do instituto como Judith Cortesão que auxiliavam na elaboração de estudos técnicos que estivessem fora da alçada dos estudiosos do IPHAN.

do IPHAN. Em outras palavras, priorizou-se a seleção de bens edificados ligados ao passado colonial, isto é, em suas narrativas os técnicos pretenderam ligar esses fragmentos do passado com o presente, dentro de uma perspectiva de valorização de um discurso nacionalista. (CHUVA,2009).

Ao longo do artigo procuramos destacar alguns aspectos do processo de patrimonialização efetuado pelo IPHAN em Cabo Frio, por meio do tombamento do forte São Mateus e do Convento Nossa Senhora dos Anjos, mostrando elementos que compõem a historicidade desse processo, que tem início na década de 1950 e estendendo-se até o início dos anos 2000.

Nas décadas de 1950 e 1960, a preocupação inicial é de tombar elementos da paisagem histórica local por meio de uma memória histórica colonial edificada por monumentos ligados a colonização portuguesa, integrada com a paisagem natural, a partir da perspectiva do tombamento paisagístico. A partir da década de 1980, ocorre a tentativa de integração das diferentes áreas tombadas na cidade, por meio da proposta de rerratificação.

Apesar do fracasso da tentativa de integração de áreas tombadas pelo IPHAN, procuramos ao longo do texto mostrar que os processos de tombamentos ocorridos na cidade, em um primeiro momento passam pelo crivo do corpo técnico composto majoritariamente por arquitetos, enquanto que na proposta de rerratificação observamos uma perspectiva multidisciplinar formada por uma equipe de profissionais de diferentes áreas, mostrando com isso, que o processo de tombamento ocorrido na cidade possui uma historicidade própria e que responde ao contexto histórico a que estão inseridos.

**Artigo recebido em 13 de janeiro de 2021**

**Aprovado para publicação em 01 de julho de 2021**

## **Referências**

### 1-Fontes:

1.1 Arquivo Noronha Santos

1.1.1 Processos de tombamento

0447-T-51 Conjunto arquitetônico e paisagístico do Morro da Guia e da Ponta do Forte – 06/06/1951.

0757-T-65 Conjunto paisagístico de Cabo Frio – 16/02 /1965.

- ABREU, C. *Capítulos da história colonial. 1500-1800*. Belo Horizonte: Itatiaia. 1988.
- AGUIAR, L.B. Porto Seguro – BA. In: PICCINATO, Giorgio; PESSÔA, José. *Atlas de centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.p.150-157.
- AGUIAR, L.B. “Reflexões sobre estados nacionais e a criação das agências de preservação dos patrimônios culturais”. *Conhecimento & Diversidade*, n. 13, Niterói, 2015, p. 79-89.
- AGUIAR, L.B. “Desafios, permanências e transformações na gestão de um sítio urbano patrimonializados: Ouro Preto, 1938-1975”. *Estudos Históricos*, vol. 29, nº 57 Rio de Janeiro, 2016. p.87-106.
- ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BENSA, A. *Da micro-história a uma antropologia crítica*. In: REVEL, Jacques. *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Fundação Getúlio Vargas Editora: Rio de Janeiro, 1998.
- BERANGER, A. *Dados Históricos de Cabo Frio*. 3.ed. Cabo Frio: Comissão Executiva do Projeto Cabo Frio 500 Anos de História. 2003.
- BICALHO, M,F, *A França Antártica, o curso, a conquista e a “peçonha luterana”*. *Hstória*, nº 27, vol. 1, São Paulo, 2008. p.29-49.
- CANDAU, J. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto. 2014
- CATROGA, F. *Memória, história, historiografia*. Coimbra:Quarteto,2001.
- CHAGAS, M. *Educação, museu e patrimônio: tensão, devoração e adjetivação*. IPHAN. Disponível em :[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao\\_museu\\_patrimonio\\_tensao.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/educacao_museu_patrimonio_tensao.pdf). Acesso em: 25 ago. 2018.
- CHUVA, M.R.R. *Os arquitetos da memória: Sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro: UFRJ. 2009.
- Sánchez Costa, F. “La cultura histórica. Una aproximación diferente a la memoria colectiva.” *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, vol., no. 8, 2009, pp.267-286.
- COSTA, G.E. *A cidade e o ensino de história: patrimônio, museu e história local*. Dissertação (Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. 2016.

CUNHA, M.W.. *Relatório sobre monumentos e espaços culturais em Cabo Frio*. Disponível em: <https://www.acervomarciowerneck.com.br/>. Acesso em: 21 jul. 2017.  
DAHER, A. “Objeto cultural e bem patrimonial: representações e práticas”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 113-130.

DAMASCENO, M. *Água seu curso na História: Cabo Frio, Arraial do Cabo, Armação dos Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande*. Cabo Frio: Gráfica Editora Região. s.d.

FERNANDES, C.V. *Considerações sobre o espaço na obra franciscana no Brasil*. 2013, CEPESE. Porto – Portugal. Disponível em: <http://www.cepesepublicacoes.pt/portal/pt/obras/os-franciscanos-no-mundo-portugues-iii-o-legado-franciscano/consideracoes-sobre-o-espaco-na-obra-franciscana-no-brasil>. Acesso em: 01 ago. 2018.

FONSECA, S.G. “História local e fontes orais: uma reflexão sobre saberes e práticas de ensino de História”. *História Oral*, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2006 p. 125-141.

FREIRE, J. R. e MALHEIROS, M. F. *Aldeamentos indígenas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

FURTADO, J.F. *Cultura e sociedade no Brasil colônia*. São Paulo: Atual. 2000.

GONÇALVES, J.R.S. “Autenticidade, memória e ideologias nacionais: O problema dos patrimônios culturais”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, p. 264-275

GONÇALVES, J.R.S.. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora: UFRJ; IPHAN, 1996.

GONÇALVES, J.R.S.. *Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios*. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, 2005.

GONÇALVES, J.R.S.. *O mal-estar no patrimônio: identidade, tempo e destruição*. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 55, p. 211-228. 2015.

GONÇALVES, M.A; FIGUEIREDO, H. REZNIK, L. *Entre moscas e monstros: construindo escalas, refletindo sobre história local*. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História/Departamento de Ciências Sociais*. IJUÍ: Ed. Unijuí, 2000. Disponível em: [www.historiadesaogonçalo.pro.br](http://www.historiadesaogonçalo.pro.br). Acesso em: 25 set. 2018.

GONÇALVES, M.A; FIGUEIREDO, H. REZNIK, L.. *História Local: O reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância*. In: MONTEIRO, A. M. F. C.; GOUBERT, P. *História Local*. (Trad. Marta M. Lago) In: *Historical Studies Today*. Ed. By Felix Bert and Stephen R. Graubart. N.Y. Norton & Co., 1972.

GOUVÊA, M.F.; BICALHO, M.F. “A construção política do território centro-sul da América portuguesa (1688-1777)”. *História, histórias*. Brasília, vol. 1, n. 1, 2013. p.23-45.

GUIMARÃES, M.L.S. "História, memória, patrimônio". *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 91-112.

GUIMARÃES, M.L.S.. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HARTOG, F. *Regime de Historicidade [Time, History and the writing of History - KVHAA Konferenser 37: 95-113 Stockholm 1996]*. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/dh/heros/excerpta/hartog/hartog.html>. Acesso em: 19 jan. 2017.

HARTOG, F.. *Regimes de historicidade. Presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

HUYSSSEN, A. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IPHAN: Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>. Acesso em: 26 fev. 2017.

IPHAN: *Informações sobre bens tombados em Cabo Frio* – Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/379/>. Acesso em: 26 fev. 2017.

JUNIOR, A.G.S. *Educação Patrimonial, história local e ensino da história: uma ferramenta para o trabalho docente*. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História). Niterói, UFF. 2016.

KOSHIBA, L. *O índio e a conquista portuguesa*. São Paulo: Atual, 1994.

LABOURDETTE, J.F.. *História de Portugal*. Alfragide (Portugal): Dom Quixote, 2008.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1946.

LEMOS, C. A.C. *O que é Patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LEPETIT, B. *Sobre a escala na História*. In: Revel, Jacques (org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1998, p.77-102.

LOPEZ, A. *Franceses e tupinambás na terra do Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

MARTINS, F.J.C. *A Representação cartográfica de fortificações ao longo do tempo: o caso do Rio de Janeiro*. 3º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. Belo Horizonte, 2016 – Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/2FranciscoMartins\\_3SBC H.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio2016/pdf/2FranciscoMartins_3SBC H.pdf). Acesso em: 20 jul. 2017.

MARTINS, F.J.C. “*Jeitinho Carioca(?)*”: *A Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e seu sistema defensivo em três momentos distintos do período colonial*. Disponível em: <http://www.cartografia.org.br/vslbch/trabalhos/74/106/Trabalho-FJCM-2013def.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.

MARTINS, W.M.F, *A pena e o compasso: políticas públicas patrimoniais e a produção da paisagem urbana em Viçosa – MG, entre 1980 e 2010*. Viçosa, MG, 2016.

MEDEIROS, A.P.G. “Igreja e religiosidade na urbanização de cidades coloniais nas Américas, nos séculos XVI a XVIII”. *Revista Urutáguá*. Nº 21, 2010. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Urutagua/article/view/8704>. Acesso em: 01 ago. 2017.

NOGUEIRA, A.G.R. “Inventários, espaço, memória e sensibilidades urbanas”. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 58, p.37-53. 2015.

NORA, P. “*Entre memória e história: A problemática dos lugares*”. In *Projeto História*. São Paulo. V. 10, 1993, p.7 – 28. In: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ORIÁ, R. *Educação Patrimonial: conhecer para preservar*. Disponível em: <http://aprendebrasil.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso em: 12 out. 2018.

PESAVENTO, S.J. *Cidade, espaço e tempo: reflexões sobre a memória e o patrimônio urbano. Cadernos do LEPAARQ – Textos de Antropologia, Arqueologia e Patrimônio*, V. II, nº4. Pelotas, RS: Editora da UFPEL. Ago/Dez 2005.

POLLAK, M. “Memória, Esquecimento, Silêncio”. *Revista Estudos Históricas*. v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, M. “Memória e identidade social”. In *Revista Estudos Históricas*. v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULOT, D. “*A razão patrimonial na Europa do século XVIII ao XXI*”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 34, 2012, p. 27-44.

*REVISTA do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico*. Francisco da Mesquita, Engenheiro – mor do Brasil. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 9, p.9-84, 1945. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat09\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat09_m.pdf). Acesso em: 20 jul. 2017.

*Revista Trimensal Do Instituto Historico E Geographico Brasileiro*, Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brazil, 1895.

REZNIK, L. *Qual o lugar da História Local?*. Apresentado: *V Taller Internacinal de Historia Regional y Local*. Havana/ Cuba, 2002. Disponível em: [http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt\\_hsg\\_artigo\\_03.pdf](http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/txt_hsg_artigo_03.pdf). Acesso em: 22 jun. 2018.



RIBEIRO, F.M.F; MOREIRA, L.G.F. *Cabo Frio : 400 anos de história, 1615-2015*. Brasília : ibram, 2017.

RIBEIRO, S.O. *De Índios a Guerreiros Reais: A trajetória da Aldeia de São Pedro de Cabo Frio - Séculos XVII-XVII*. Niterói: UFF, 2005. Dissertação de Mestrado em História.

RIBEIRO, W.C; ZANIRATO, S.H.. Ordenamento jurídico para a proteção do patrimônio natural no Brasil. *Revista de História* 158 (1º semestre de 2008), p. 277-300. <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19082>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ROUSSO, H. "O Arquivo ou o Indício de uma falta". *Estudos históricos*, nº 17, 1996. p.85-91.

SCHMIDT, M. A. M. S. *O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica*. In: MONTEIRO, A.M. / GASPARELLO, A.M. / MAGALHAES, M.S.. (Org.). *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2007, v. 1, p. 187-198.

SILVA, J.N.S.S.. "Memória Histórica e Documentada das Aldeias de Índios do Rio de Janeiro". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro. v. 62, 3ª série, n.14, 1854. p. 206-218.

TELLES, A.C.S. *Francisco de Frias de Mesquita – Engenheiro – mor do Brasil*. *Revista da Cultura*, n. 9. 2005. Disponível em: <[http://www.funceb.org.br/images/revista/18\\_7q5t.pdf](http://www.funceb.org.br/images/revista/18_7q5t.pdf)>. Acesso em: 21 jul. 2017.

TOMAZ, P.C. *A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no brasil*. Disponível em: <[http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO\\_8\\_PAULO\\_CESAR\\_TOMAZ\\_FENIX\\_MAIO\\_AGOSTO\\_2010.pdf](http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_MAIO_AGOSTO_2010.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2016.

VAINFAS, R. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*. Rio de Janeiro: Objetiva. 2000.

VAINFAS, R. *Os protagonistas anônimos da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2002.

WEHLING, A.; WEHLING, M.J.C.M. *Formação do Brasil Colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.